

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017 AES TIETÊ ENERGIA S.A.

Prezados Acionistas,

A administração da AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê Energia” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

PERFIL

A AES Tietê Energia, uma geradora do grupo AES Brasil, autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na geração e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

Por ser uma plataforma de energia adaptável às demandas de seus clientes, a AES Tietê Energia oferece produtos de pronta entrega e soluções sob medida que garantem autonomia em energia e permitem que os clientes decidam a forma mais sustentável de fornecimento em todos os sentidos: eficiência, disponibilidade, confiabilidade e inovação.

A AES Tietê Energia é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), por meio de ações ordinárias (“TIET3”), ações preferenciais (“TIET4”) e por meio de *units* (“TIET11”) que é composta por uma ação ordinária e quatro ações preferenciais. As *units* integram o Índice Brasil 100 (“IBrX 100”), o Índice de Energia Elétrica (“IEE”) e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (“ISE”) da B3. Adicionalmente, a Companhia também possui *American Depositary Receipts* (“ADRs”) negociadas no Nível I no mercado de balcão (“OTC Markets”) norte-americano (“AESAY”), com a paridade entre as ADRs e as ações da Companhia na razão de uma ADR para uma *unit*.

Portfólio de Capacidade Instalada

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). O contrato de concessão, referente à sua capacidade hidráulica tem duração de 30 anos com encerramento do direito de operação em 2029. Além da fonte hidráulica, a Companhia incluiu em seu portfólio a fonte eólica com o Complexo Eólico Alto Sertão II que possui autorização para operar até 2047. A fonte solar também passou a fazer parte do portfólio da AES Tietê Energia em 2017 com Complexo Solar Guaimbê, Complexo Solar Boa Hora e AGV Solar, com autorização para operar até 2050, 2051 e 2056, respectivamente.

Fonte Hídrica

O portfólio hidráulico da Companhia é composto por nove usinas hidráulicas (“UHEs”) e três Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”). As concessões das UHEs e da PCH Mogi-Guaçu têm concessão até 2029 e as PCHs São José e São Joaquim possuem autorização para operarem até o ano de 2032. Sua capacidade hidráulica instalada é de 2.658 MW e a garantia física bruta de seu parque hidráulico para o ano de 2017 é de 1.278 MWm. A partir de 2018, após revisão de todas as garantias físicas do MRE, a garantia física da Companhia passou a ser de 1.247 MWm.

Fonte Eólica

Em 03 de agosto de 2017, a AES Tietê Energia concluiu a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, localizado no Estado da Bahia. O Complexo Eólico possui capacidade instalada de 386,1 MW e energia contratada por 20 anos, por meio dos leilões de LER e LEN realizados em 2010 e 2011, cujos contratos expiram em 2033 e 2035, respectivamente. Os parques possuem licença de operação de 35 anos. A garantia física dos contratos LER e LEN são de 192,7 MWm.

Fonte Solar

Em 25 de setembro de 2017 a AES Tietê Energia concluiu a aquisição do Complexo Solar Boa Hora. A planta foi outorgada no 8º LER realizado em 13 de novembro de 2015 com o direito de fornecimento de energia contratada por 20 anos e início de operação comercial previsto para novembro de 2018, com capacidade total de 75 MW e garantia física de 15,9 MWm. Na mesma data, a Companhia firmou um acordo de investimentos com a Cobra do Brasil para a aquisição do Complexo Solar Guaimbê, que será construído no município de Guaimbê no Estado de São Paulo. A planta foi outorgada no 6º LER realizado em 31 de outubro de 2014, com energia contratada por 20 anos, capacidade instalada de 150 MW e início de operação comercial previsto para maio de 2018. Sua garantia física é de 29,5 MWm. As plantas solares possuem licença de operação de 35 anos.

Em 18 de dezembro de 2017, a Companhia obteve no 25º LEN (“Leilão A-4”) o direito de comercializar, no mercado regulado, energia a ser gerada pelo Complexo Solar AGV com capacidade instalada de 75 MW e garantia física de 19,8 MWm com energia contratada por 20 anos. A data da entrada em vigor do contrato outorgado (“Contrato”), considerada como a entrada em operação comercial do complexo, de acordo com a data do Leilão, está prevista para janeiro de 2021, porém devido à sinergia com a obra do Complexo Solar Boa Hora, a construção do Complexo Solar AGV está prevista para se encerrar em meados de 2019 e, com isso, a Companhia pretende se beneficiar da antecipação da entrada em operação comercial até a data de início do Contrato.

ESTRATÉGIA DE CRESCIMENTO E COMERCIAL

A estratégia da AES Brasil, grupo do qual a AES Tietê Energia faz parte, está orientada por uma nova missão e visão, revisada em 2017. A Companhia tem como missão promover o bem-estar e o desenvolvimento com o fornecimento seguro, sustentável e confiável de soluções de energia. Sua visão é ter o reconhecimento de seus clientes e acionistas como principal parceiro de soluções inovadoras de energia de forma segura, sustentável, confiável e acessível.

Como destacado ao longo de 2017, a AES Tietê Energia dedicou seus esforços e trabalhou para ter uma plataforma diversificada de geração renovável, tornando-se uma empresa gestora de ativos de alta excelência, sempre visando a geração de valor aos seus acionistas. Para isso, a Companhia divide sua estratégia em três frentes de atuação:

- **Crescimento:** por meio da aquisição de ativos em operação ou em desenvolvimento que entrarão em operação no curto prazo, com baixo risco de construção. Buscamos ativos com: (i) sinergia operacional, tendo gestão centralizada de seu portfólio e sinergias com a compra de equipamentos/contratação de fornecedores, incluindo sinergia com o seu acionista controlador AES Corp; (ii) estrutura de capital otimizada com apreciação do retorno da Companhia; (iii) fontes complementares aliadas a contratos de longo prazo para a redução de riscos e o aumento da previsibilidade da receita; (iv) retornos financeiros adequados ao risco do ativo; e (v) que atendem aos requisitos de risco de *compliance* da Companhia;
- **Estratégia comercial:** área comercial focada na mitigação de riscos e aumento da margem comercial do portfólio integrado da Companhia. A empresa atua para reduzir a volatilidade de sua margem e com isso aproveitar as oportunidades de mercado por meio de estudos de inteligência setorial, antecipação das tendências de preços de curto prazo, estreito relacionamento com os clientes e agilidade na implementação da estratégia; e
- **Inovação e Novas Energias:** estruturação de uma plataforma comercial integrada de produtos e soluções inovadoras de energia, atuando de ponta a ponta, com soluções de pronta entrega e sob medida para levar aos seus clientes uma oferta flexível e centrada nas suas necessidades.

A AES Tietê Energia tem como foco compor 50% do seu EBITDA com fontes de energia não hidráulicas e contratos regulados de longo prazo até 2020.

Em 2017, a Companhia deu importantes passos na execução de sua estratégia de crescimento. Já agregou à sua capacidade instalada 686 MW em energia eólica e solar, sendo 386 MW já em operação com Alto Sertão II, 225 MW que entrarão em operação em 2018 e 75 MW em 2019.

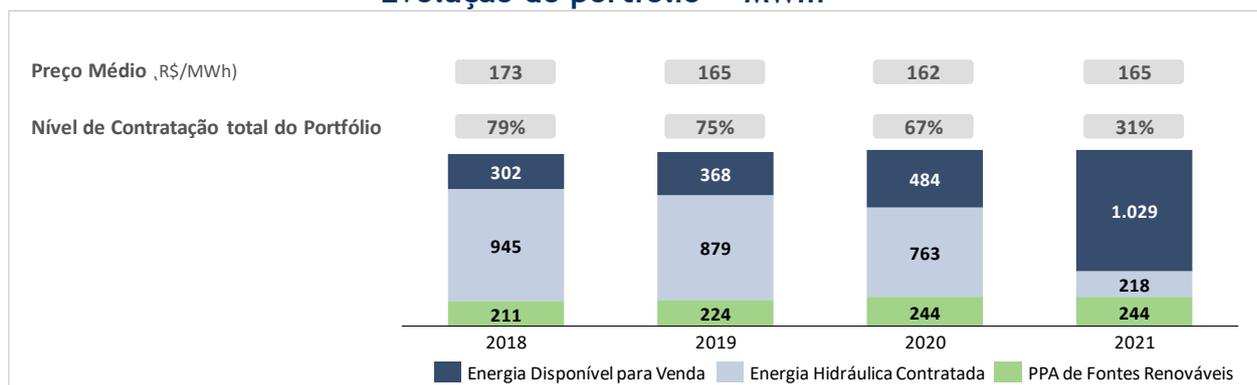
Estratégia de Comercialização

Desde 2016, a Companhia implementou uma estratégia dinâmica e ativa de curto, médio e longo prazos para a mitigação de exposição ao risco hidrológico. Como resultado da gestão do nível de contratação de energia do portfólio, no ano de 2017, R\$ 455,0 milhões de custos com compra de energia no mercado de curto prazo foram evitados, dos quais:

- (i) R\$ 267,0 milhões são provenientes da manutenção de uma parcela da energia própria descontratada do portfólio; e
- (ii) R\$ 188,0 milhões são provenientes das iniciativas de mitigação do risco hidrológico, que tiveram êxito em reduzir o nível de contratação hídrico de 88% no início de 2017 para 78% ao final do ano. Tais iniciativas incluem (i) descontração de energia no mercado regulado, (ii) compra de energia, utilizando inteligência de mercado para identificar potenciais clientes com interesse em revender parte de sua energia contratada, assim como (iii) oportunidades de compra de energia no mercado de curto prazo.

Adicionalmente, a estratégia da Companhia persiste em buscar uma composição de contratação para a melhor gestão da hidrologia e a otimização do preço de contratos no ambiente livre. Em linha com a estratégia da Companhia, em 2018 cerca de 52% da energia assegurada nos contratos LEN do Complexo Eólico Alto Sertão II (54,3 MWm) foi descontratado no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (“MCSD”) e essa energia foi revendida a preços mais favoráveis.

Evolução do portfólio¹ - MWm

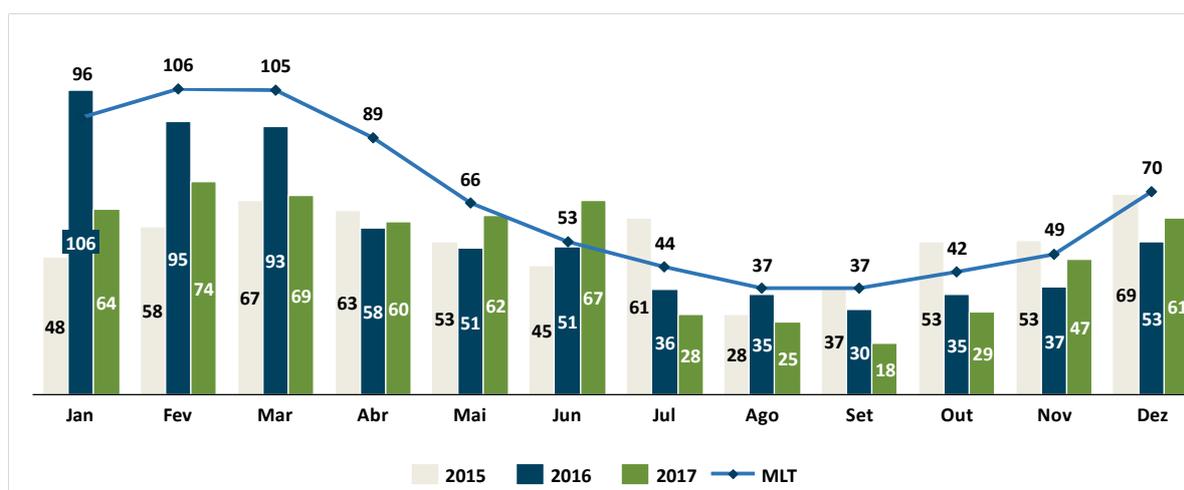


¹ Considera energia convencional e incentivada, excluindo perdas e consumo interno. Valores reais com base em janeiro de 2018 - considera MCSD para 2018

DESEMPENHO DO SETOR HÍDRICO

Afluências

Energia Natural Afluente no SIN² - GWm
2015 vs. 2016 vs. 2017 MLT³



Fonte: ONS

No ano de 2017 as afluências no SIN apresentaram uma redução de 11,2 p.p. em comparação ao ano anterior com 75,8% da MLT verificado vs. 87,0% verificado em 2016. Esta redução é impactada principalmente pela queda de 30,8 p.p. da afluência registrada no 1T17 vs. 1T16 e da redução da afluência na comparação do 3T17 vs. 3T16 de 26,5 p.p.. Essa mesma tendência de baixa nas afluências no período verificou-se para o SE/CO no ano (80,1% da MLT em 2017 vs. 95,3% da MLT em 2016).

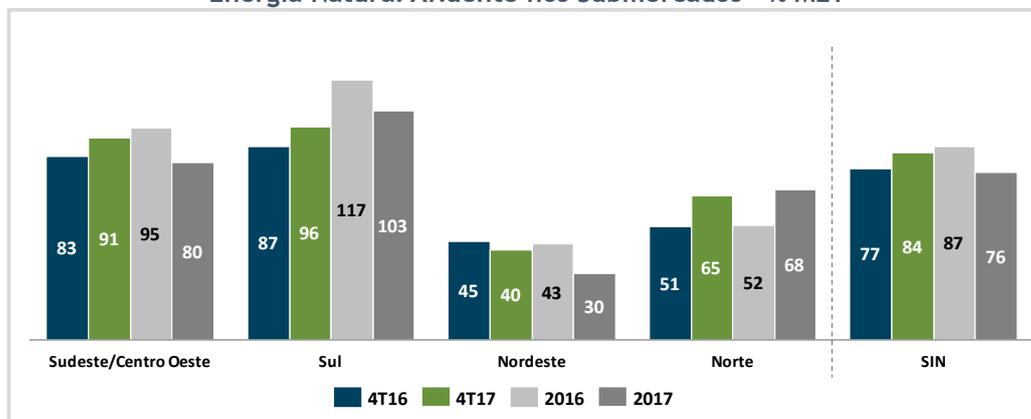
No final do ano, entretanto, no 4T17, houve uma recuperação das afluências e foi registrado 84,3% da MLT no SIN no trimestre, superior em 7,3 p.p. em relação à afluência média de 77,0% do 4T16. A afluência do submercado Sudeste/Centro-Oeste (“SE/CO”), região que concentra 70% dos reservatórios do sistema e na qual as usinas da Companhia estão localizadas, também apresentou um aumento de 8,1 p.p. quando comparada com a afluência do 4T16 (90,9% da MLT no 4T17 vs. 82,8% da MLT no 4T16).

O gráfico a seguir apresenta um comparativo da evolução da ENA em cada um dos submercados e para o SIN, no quarto trimestre e acumulado dos anos de 2016 e 2017, em relação à MLT.

² Valor da Energia Natural Afluente previsto para dezembro de 2017.

³ Atualmente o setor utiliza os valores da MLT divulgados em dezembro de 2017, referentes à média de longo prazo desde 1931, e passíveis de alterações (Fonte: ONS).

Energia Natural Afluyente nos Submercados - % MLT



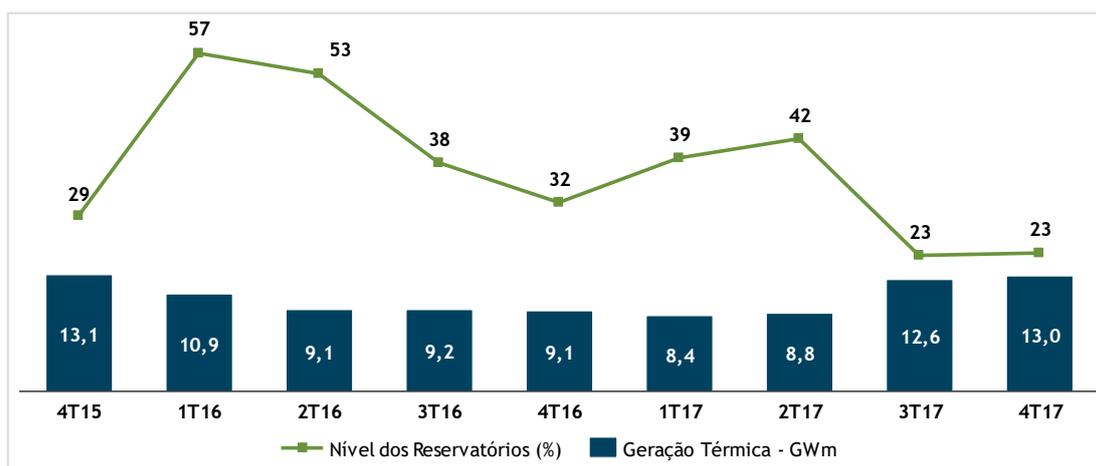
Fonte: ONS

Geração Térmica do SIN⁴

O gráfico a seguir ilustra a evolução da geração térmica do SIN desde o 4T15 até o 4T17.

É possível observar que desde o 3T17 ocorreu uma queda expressiva no nível dos reservatórios do SIN em relação aos últimos trimestres e consequente aumento na geração térmica. No 4T17 a geração térmica no SIN foi de 13,0 GWm vs. 9,1 GWm no 4T16, devido ao menor nível dos reservatórios averiguado e à atualização de um parâmetro do CVaR, que teve efeito a partir da primeira semana operativa de maio de 2017 resultando no aumento da aversão ao risco.

Geração Térmica do Nível dos Reservatórios - %



O gráfico a seguir mostra um comparativo entre o despacho térmico dentro e fora da ordem de mérito registrado para o SIN desde março de 2014. Como é possível observar, entre maio de 2015 e agosto de 2017 verificou-se um aumento relevante do despacho fora da ordem de mérito, o que interfere na correta formação de preços e conduz a valores mais baixos de PLD no período, em particular no submercado SE/CO. O custo adicional deste despacho é arcado, principalmente, pelos

⁴ Dados do ONS.

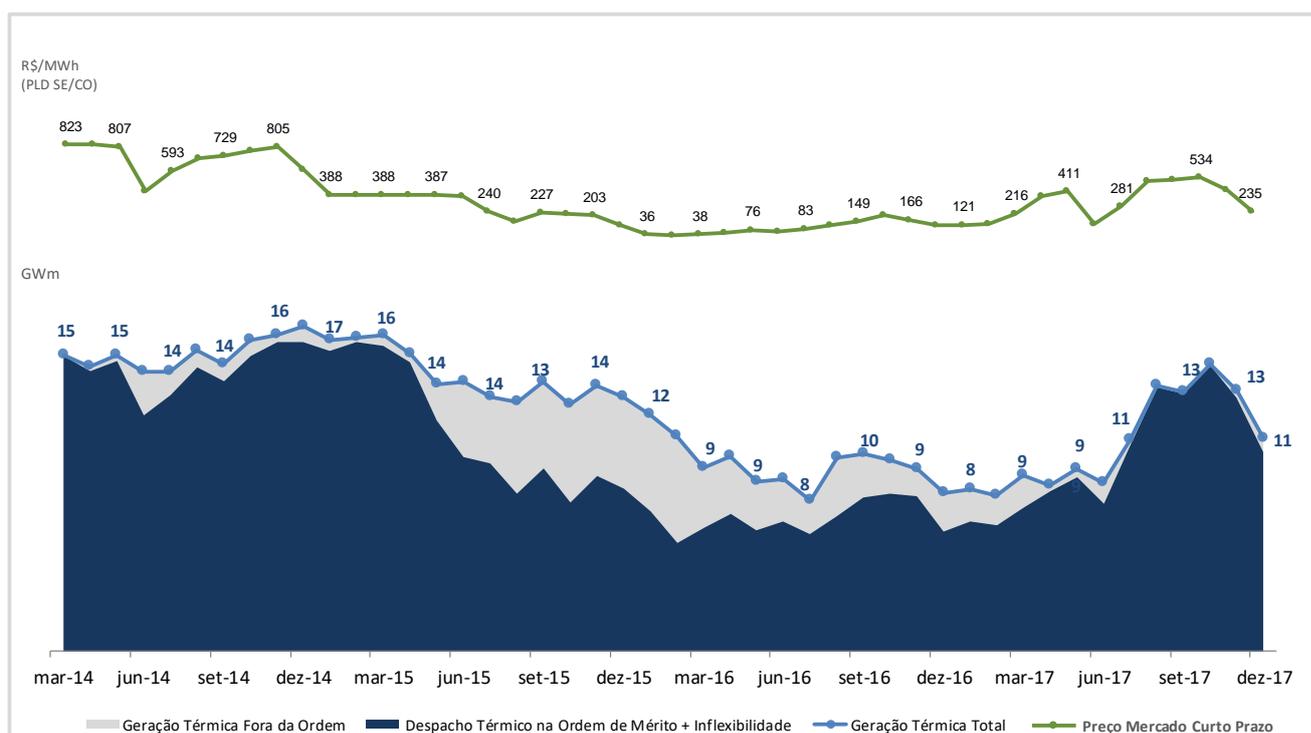
consumidores através do Encargo de Serviço do Sistema (“ESS”), mas tem impacto direto na redução da alocação de garantia física no MRE pelo fator GSF, apesar de não ser um risco de natureza hidrológica.

O motivo do elevado despacho fora da ordem de mérito neste período estava associado a uma prática mais conservadora por parte do ONS objetivando assegurar a recuperação dos níveis dos reservatórios para o período seco, que é registrado durante os meses de maio até novembro para os submercados SE/CO, Norte e Nordeste. Até meados de julho de 2017 tem-se observado uma redução do despacho térmico total no comparativo com o ano de 2014.

Destaca-se que o recente posicionamento adotado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (“CMSE”) de reduzir a geração térmica fora da ordem de mérito por razões de segurança energética tende a aproximar a formação de preços de energia e a operação do sistema, o que é desejável e saudável para a correta sinalização ao mercado das condições do sistema.

Em fevereiro de 2017 o MME aprovou as alterações na metodologia de cálculo do PLD no sentido de aproximar a formação de preço da aversão ao risco na operação real do sistema e reduzir o despacho térmico fora da ordem de mérito. A aprovação do novo parâmetro de aversão a risco ocorreu em 27 de abril de 2017, e este efeito demonstra-se no segundo semestre de 2017 em que o despacho fora da ordem de mérito é drasticamente reduzido.

**Despacho térmico do SIN em relação à ordem de mérito -
GWm vs. PLD no submercado SE/CO - R\$/MWh**

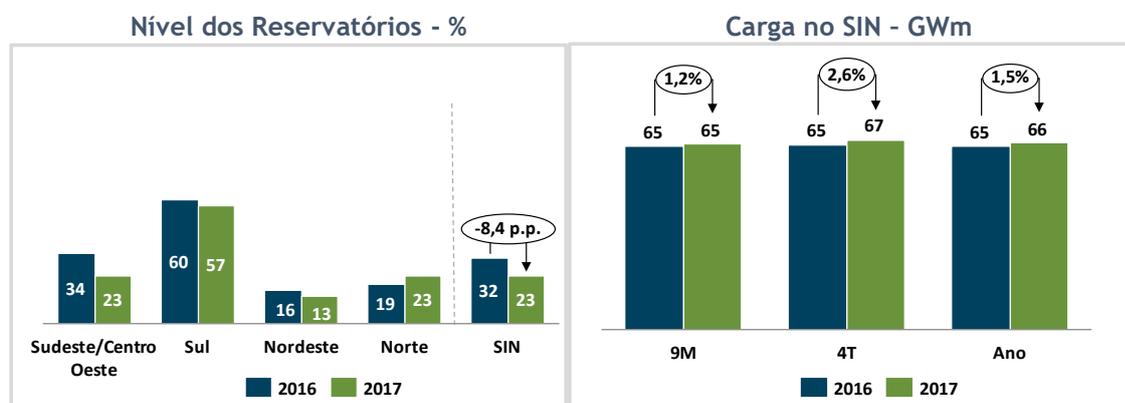


Fonte: ONS.
*Dado de dezembro de 2017 preliminar.

Reservatórios e Carga do SIN

No gráfico a seguir é possível observar que a carga do SIN sofreu um aumento de 2,6% no 4T17 vs. 4T16 e um aumento de 1,5% no ano, o que é refletido no aumento do despacho térmico neste mesmo período conforme mencionado. O nível dos reservatórios no SIN apresentou queda de 8,4 p.p. na comparação dos trimestres.

É importante destacar que o aumento da carga verificado no ano também está associado à republicação de carga realizada pelo ONS para os anos de 2015 e 2016, onde os valores dos respectivos anos sofreram alterações em função do ajuste da parcela de geração de usinas não despachadas pelo ONS (dez/16).

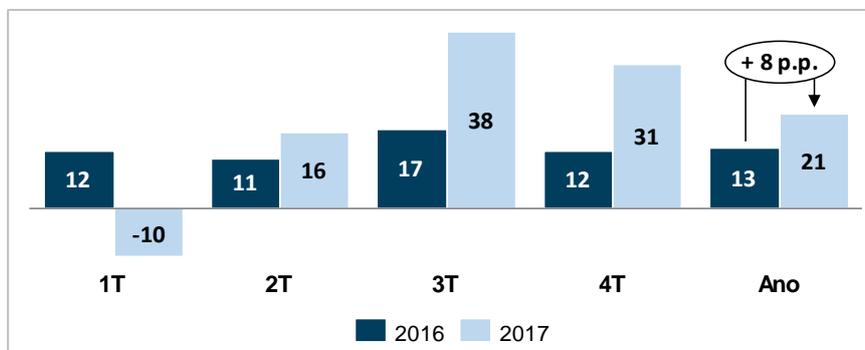


Fator de Ajuste da Garantia Física (“GSF”) - Rebaixamento | Energia Secundária

O rebaixamento médio verificado em 2017 foi de 20,6%, 7,4 p.p. superior ao registrado em 2016, que totalizou 13,2%. Esse aumento é explicado principalmente pela piora da hidrologia no SIN (75,8% da MLT em 2017 vs. 87,0% da MLT em 2016) e pelo maior despacho térmico na comparação trimestral (10,7 GWm em 2017 vs. 9,6 GWm em 2016). No quarto trimestre também houve um maior rebaixamento na comparação dos períodos, com 31,2% registrado no 4T17 vs. 12,4% no 4T16.

O gráfico abaixo apresenta os rebaixamentos contabilizados pela CCEE no MRE nas liquidações financeiras efetuadas ao longo de 2016 e 2017.

Rebaixamento | Energia Secundária no MRE (%)



EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Energia Gerada

Fonte Hídrica

Em 2017 houve um menor despacho das usinas hidrelétricas da Companhia em função da menor afluência auferida no SE/CO (submercado em que as usinas da Companhia estão localizadas). Na comparação dos períodos é possível verificar uma queda de 15,2 p.p. das afluências (80,1% em 2017 vs. 95,3% em 2016). Desta forma, o volume total de energia gerada pelas usinas hidráulicas da AES Tietê Energia atingiu 11.259,6 GWh no ano, 14,1% inferior ao montante averiguado em 2016 (13.108,9 GWh).

Geração (Usinas) - GWh	4T16	4T17	Var (%)	2016	2017	Var (%)
Energia Gerada Bruta	3.239,0	2.434,4	-24,8%	13.108,9	11.259,6	-14,1%
Água Vermelha	1.729,8	1.273,4	-26,4%	6.765,4	5.623,8	-16,9%
Bariri	177,5	140,4	-20,9%	764,8	695,3	-9,1%
Barra Bonita	140,3	102,3	-27,1%	631,5	574,6	-9,0%
Caconde	97,6	59,2	-39,4%	366,6	281,2	-23,3%
Euclides da Cunha	130,2	83,0	-36,2%	365,4	376,0	2,9%
Ibitinga	207,8	169,3	-18,5%	808,7	749,2	-7,4%
Limoeiro	38,1	24,3	-36,1%	151,4	107,1	-29,2%
Nova Avanhandava	417,0	346,7	-16,9%	1.803,0	1.624,4	-9,9%
Promissão	289,8	230,1	-20,6%	1.414,0	1.198,6	-15,2%
Mogi / S. Joaquim / S. José	10,9	5,7	-48,3%	38,0	29,5	-22,4%

Fonte Eólica

No 4T17, o volume total de energia gerada pelos parques eólicos da AES Tietê Energia atingiu 370,3 GWh, 19,4% superior ao mesmo período de 2016 (310,1 GWh). A variação é explicada principalmente pela maior disponibilidade de escoamento de geração com a entrada em operação comercial da subestação Igaporã III em 19 de junho de 2017 e a otimização da disponibilidade das máquinas devido à maior agilidade na manutenção dos aerogeradores por meio da nova gestão do ativo e implementação de novas técnicas.

Geração - Parques Eólicos (GWh)	4T16	4T17	Var
Energia Gerada Bruta*	310,1	370,3	19,4%
LER 2010	156,9	149,4	-4,8%
LEN 2011	153,1	220,9	44,3%

*antes das perdas com transmissão

EFICIÊNCIA ECONÔMICA / FINANCEIRA

Desempenho Econômico Financeiro

Demonstração dos Resultados	2016	2017	Var
Receita Operacional Bruta	1.762,6	1.945,2	10,4%
Receita Operacional Líquida	1.561,3	1.728,1	10,7%
Custos do Serviço de Energia Elétrica*	(756,0)	(897,1)	18,7%
Resultado Bruto	644,4	631,6	-2,0%
EBITDA	805,4	831,0	3,2%
Receita (Despesa) Financeira	(135,8)	(203,8)	50,1%
Receitas Financeiras	87,5	91,4	4,5%
Despesas Financeiras	(231,8)	(296,5)	27,9%
Variações cambiais, líquidas	8,5	1,2	-85,7%
Resultado Antes dos Tributos	508,6	426,8	-16,1%
Provisão para IR e Contribuição Social	(114,2)	(96,7)	-15,4%
Impostos Diferidos	(35,8)	(31,8)	-11,1%
Lucro Líquido do Exercício	358,5	298,3	-16,8%

*Não inclui depreciação e amortização

Receita Bruta / Líquida

Receita Bruta (R\$ milhões)	2016	2017	Var
Receita Bruta - Consolidado	1.762,6	1.945,2	10,4%
Receita Bruta - Fonte Hidráulica	1.762,6	1.789,4	1,5%
Energia Contratada	1.675,4	1.681,7	0,4%
Mercado Livre	1.571,6	1.624,3	3,4%
Mercado Regulado	103,8	57,4	-44,7%
CCEE	87,0	107,5	23,5%
Mercado spot	33,2	77,8	134,2%
MRE	47,1	24,0	-48,9%
Outras Receitas CCEE	6,7	5,6	-16,9%
Outras Receitas	0,1	0,2	57,5%
Receita Bruta - Fonte Eólica	-	147,5	-
Energia Contratada	-	116,3	-
LER 2010	-	58,9	-
LEN 2011	-	1,7	-
Renova Comercializadora	-	55,6	-
Mercado Spot	-	31,2	-
Outras Receitas - subsidiárias integrais	-	8,2	-

Em 2017, a receita operacional bruta totalizou R\$ 1.945,2 milhões, 10,4% superior àquela registrada em 2016, de R\$ 1.762,6 milhões. O resultado é explicado principalmente, pelos seguintes fatores:

- (i) R\$ 147,5 milhões referente à Alto Sertão II a partir de agosto de 2017;
- (ii) R\$ 44,6 milhões de incremento em função do maior preço médio da energia vendida no mercado *spot* no período (R\$ 251,78/MWh em 2017 vs. R\$ 82,68/MWh em 2016);
- (iii) R\$ 6,3 milhões de aumento na venda de energia contratada, refletindo melhor preço no mercado livre compensado pela redução na receita de venda no mercado regulado, devido desconstratação por conta do plano de mitigação do risco hidrológico; e
- (iv) R\$ 23,0 milhões de redução de venda de energia no âmbito MRE, em função, do menor volume de geração averiguado em 2017.

Em 2017, as deduções totalizaram R\$ 217,1 milhões ante R\$ 201,3 milhões em 2016, um aumento de 7,9% na comparação dos períodos.

A receita operacional líquida consolidada de 2017 totalizou R\$ 1.728,1 milhões, um aumento de 10,7% quando comparado aos R\$ 1.561,3 milhões auferidos em 2016.

Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Operacionais Consolidados (R\$ milhões)	2016	2017**	Var
Custos e Despesas Operacionais*	756,0	897,1	18,7%
Encargos e taxas setoriais	194,6	186,0	-4,4%
Energia comprada	317,6	430,9	35,7%
Total de encargos e taxas setoriais + energia comprada	512,2	616,9	20,4%
Pessoal	99,4	117,7	18,5%
Material e serviços de terceiros	98,2	123,4	25,6%
Outros	46,2	39,2	-15,2%
PMSO Reportado	243,8	280,2	15,0%

*Não inclui Depreciação e Amortização

**Considera fonte hidráulica, eólica e outras subsidiárias da Companhia

Na comparação do ano, os custos e despesas operacionais, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 897,1 milhões, um aumento de 18,7% em relação a 2016, resultado explicado em sua maior parte devido às despesas não recorrentes com aquisição de novos ativos e reestruturação do quadro de funcionários.

Em 2017, as despesas com PMSO totalizaram R\$ 280,2 milhões, aumento de 15,0% quando comparada com 2016 (R\$ 243,8 milhões). Essa variação se dá, principalmente por:

- (i) incremento de R\$ 25,2 milhões em despesas não recorrentes com aquisição de novos ativos na linha de material e serviços de terceiros;
- (ii) aumento da despesa com pessoal no valor de R\$ 18,3 milhões principalmente devido à reestruturação do quadro de funcionários e incidência de inflação; efeitos parcialmente compensados pela:
- (iii) redução de R\$ 7,0 milhões na linha de outras despesas operacionais devido a pagamento de acordo no âmbito de um procedimento arbitral, que ocorreu no 4T16

EBITDA

Em 2017, a Companhia registrou EBITDA de R\$ 831,0 milhões ante R\$ 805,4 milhões em 2016, representando um aumento de 3,2%. O desempenho está principalmente relacionado:

- (i) efeito positivo de R\$ 104,8 milhões referente à geração eólica de Alto Sertão II; efeito parcialmente compensado pelo:
- (ii) efeito negativo de R\$ 65,7 milhões na margem comercial devido à hidrologia no período; e
- (iii) efeito negativo de R\$ 13,7 milhões devido às despesas não recorrentes com aquisição de novos ativos e reestruturação do quadro de funcionários.

Conforme a Instrução CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte

forma: resultado líquido do período (R\$ 298,3 milhões em 2017 e R\$ 358,5 milhões em 2016), acrescido dos tributos sobre o lucro (R\$ 128,5 milhões em 2017 e R\$ 150,0 milhões em 2016), das despesas financeiras e variação cambial líquidas das receitas financeiras (despesa de R\$ 203,8 milhões em 2017 e de R\$ 135,8 milhões em 2016), e da depreciação e amortização (R\$ 200,4 milhões em 2017, incluindo amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições, e R\$ R\$ 161,0 milhões em 2016) totalizando conforme acima R\$ 831,0 milhões e R\$ 805,4 milhões em 2017 e 2016, respectivamente.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da AES Tietê Energia foi negativo em R\$ R\$ 203,8 milhões em 2017, ante um resultado negativo de R\$ 135,8 milhões em 2016.

Receitas Financeiras

No acumulado do ano, as receitas financeiras da Companhia aumentaram 4,5% quando comparadas à 2016 (R\$ 91,4 milhões em 2017 vs. R\$ 87,5 milhões em 2016), principalmente em função:

- (i) R\$ 396,0 milhões de aumento no montante referente ao GSF retido pelo efeito da liminar vigente;
- (ii) R\$ 210,0 milhões de valor remanescente da 3ª emissão de Nota Promissória, emitida em junho de 2017 e utilizado principalmente para a compra das 1ª e 2ª emissões de debêntures para financiamento da construção e Guaimbê a partir de outubro de 2017; efeitos compensados parcialmente pela:
- (iii) menor taxa média do CDI entre os períodos (10,07% em 2017 vs. 14,06% em 2016).

Despesas Financeiras

Em 2017, as despesas financeiras e variações cambiais aumentaram em 32,2% na comparação com 2016 (R\$ 295,3 milhões em 2017 vs. R\$ 223,3 milhões em 2016), devido aos seguintes fatores:

- (i) aumento de R\$ 131,0 milhões em função do aumento da dívida para financiar a aquisição do Complexo ASII e Boa Hora assim como as dívidas já existentes no ativo adquirido, compensado parcialmente pela queda dos indexadores CDI e IPCA, resultando no efeito líquido de R\$ 66,6 milhões; e
- (ii) pelo pagamento do prêmio de resgate, em função do pré-pagamento da 2ª e 3ª emissão de debêntures e da 2ª série da 4ª emissão, no montante de R\$ 7,6 milhões.

Lucro Líquido

A AES Tietê Energia registrou um lucro líquido de R\$ 298,3 milhões em 2017 uma redução de R\$ 60,3 milhões ou 16,8% em relação a 2016 (R\$ 358,5 milhões).

Remuneração aos Acionistas

Dividendos AES Tietê Energia 2017 - R\$ milhões	
Lucro do Período - 31 de dezembro de 2017	298,3
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	57,0
Ajuste por conta de dividendos prescritos	0,6
Constituição de reserva legal	(9,9)
Base para pagamento de dividendos	345,9
Dividendos intermediários distribuídos	240,1
Juros sobre capital próprio distribuídos	49,7
Dividendos complementares, excedentes ao mínimo obrigatório	47,7
Reserva de investimentos	8,5
Total destinado	345,9

Ao longo de 2017, a Administração da Companhia distribuiu R\$ 240,1 milhões, referentes aos dividendos intermediários dos três primeiros trimestres do ano e R\$ 49,7 milhões sobre a forma de JSCP, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, a Administração da Companhia submeterá à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral, prevista para ocorrer até 24 de abril de 2018, proposta de distribuição de dividendos complementares ao lucro líquido do exercício de 2017, no montante de R\$ 47,7 milhões, sendo R\$ 0,02423505849 por ação ordinária e preferencial e R\$ 0,12117529245 por unit.

Endividamento

Dívidas - R\$ milhões	Montante - R\$ milhões*	Vencimento	Custo Nominal
AES Tietê Energia	2.457,5		
4ª Emissão de Debêntures - 3ª série	321,0	dez/20	IPCA + 8,43% a.a.
5ª Emissão de Debêntures	180,0	dez/23	IPCA + 6,54% a.a.
6ª Emissão de Debêntures - 1ª série	688,5	abr/22	CDI + 0,90% a.a.
6ª Emissão de Debêntures - 2ª série	324,5	abr/24	IPCA + 6,78% a.a.
3ª Emissão de Notas Promissórias	943,7	jun/18	CDI + 1,35% a.a.
AES Tietê Eólica	1.131,2		
Financiamento BNDES	693,0	dez/31	TJLP + 2,88% a.a.
Financiamento BNDES (Subcrédito Social)	4,9	dez/31	TJLP
Repasso Banco do Brasil (BNDES indireto)	262,7	dez/31	TJLP + 2,60% a.a.
1ª Emissão de Debêntures - 1ª série	87,7	dez/25	IPCA + 7,61% a.a.
1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	82,9	dez/25	IPCA + 7,87% a.a.

*saldo contábil

A dívida bruta consolidada da AES Tietê Energia totalizava R\$ 3.589,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, valor 148,1% superior à posição da dívida bruta em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.446,6 milhões). Essa variação está associada à:

- (i) R\$ 900 milhões da 3ª emissão de Nota Promissória, sendo R\$ 615,5 milhões para a aquisição de ASII e o restante para a aquisição de Boa Hora e financiamento da aquisição de Guaimbê; e
- (ii) R\$ 1.131,2 milhões de dívidas do Complexo Eólico Alto Sertão II. A empresa adquirida veio com as seguintes dívidas: R\$ 697,9 milhões em financiamentos com o BNDES, R\$ 262,7 milhões em repasse de financiamento indireto de BNDES pelo Banco do Brasil e R\$ 170,6 milhões em emissão de duas séries de debêntures.

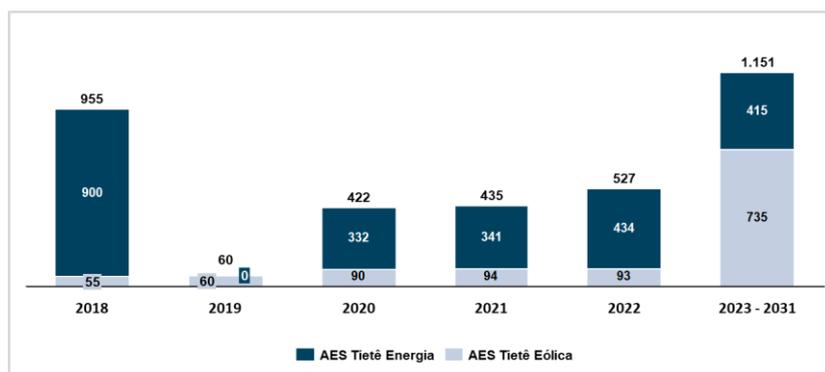
No encerramento do exercício de 2017, as disponibilidades somavam R\$ 1.204,5 milhões, montante superior ao valor registrado no mesmo período de 2016 (R\$ 577,6 milhões). Tal diferença se deve, principalmente:

- (i) R\$ 396,0 milhões de aumento no montante referente ao GSF retido pelo efeito da liminar vigente; e
- (ii) R\$ 210,0 milhões de saldo remanescente da 3ª emissão de Nota Promissória, emitida em junho de 2017, dos quais R\$ 150,0 milhões foram aplicados nas debêntures emitidas pelo Complexo Solar Guaimbê.

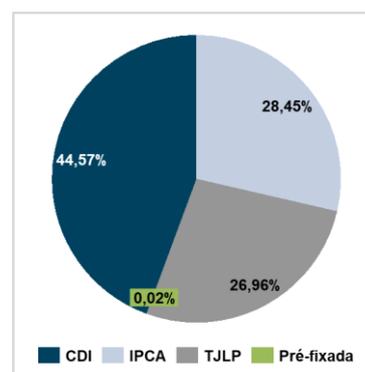
Dessa forma, a dívida líquida consolidada em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 2.385,1 milhões, montante 174,5% superior em relação à posição em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 869,0 milhões) em função do aumento do endividamento para fazer frente às aquisições da Companhia.

Os gráficos a seguir apresentam a composição dos indexadores do endividamento da AES Tietê de forma consolidada em 31 de dezembro de 2017, bem como o cronograma de amortização para a AES Tietê.

Cronograma de amortização da dívida⁵ - R\$ milhões



Dívida Bruta por Indexador⁶



⁵ Fluxo composto por amortização de principal.

⁶ Valores relativos ao principal.

No âmbito do projeto de Alto Sertão II, os financiamentos do BNDES e Banco do Brasil apresentam um fluxo de amortização e pagamento de juros mensal, enquanto para a 1ª Emissão de Debêntures o fluxo é semestral.

Com relação aos projetos solares já anunciados pela Companhia, a estratégia de financiamento será de buscar uma estrutura ótima de capital, entre a AES Tietê e os projetos, além de estruturar um financiamento de longo prazo utilizando-se de garantias dos projetos, tendo em vista que os Contratos dos mesmos possuem prazo de 20 anos.

Investimentos

Em 2017, a AES Tietê Energia investiu R\$ 98,9 milhões, destinados principalmente às grandes manutenções das usinas Água Vermelha e Barra Bonita, como mencionado anteriormente, montante 2,1% inferior ao valor investido em 2016 (R\$ 101,0 milhões). A decisão da Companhia pela realização desses investimentos visa à melhoria das suas condições operacionais e assegura a disponibilidade de seu parque gerador, resultando em ganhos de produtividade e eficiência.

Plano de Investimento

A Companhia prevê investir aproximadamente R\$ 934,6 milhões no período de 2018 até 2022, principalmente na construção dos novos parques solares, conforme apresentado na tabela a seguir:

Projeção de Investimentos - R\$ milhões

Investimentos - R\$ milhões*	2018E	2019E	2020E	2021E	2022E	Total 2018E-2022E
Modernização e Manutenção Usinas	68,7	53,7	58,9	70,7	75,8	327,7
Novos Projetos	405,0	175,0	0,0	0,0	0,0	580,0
Juros de Capitalização**	9,9	5,1	1,1	5,1	5,7	26,9
Total	483,6	233,8	60,0	75,7	81,5	934,6

* valores nominais

**não considera juros de capitalização sobre os novos projetos

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Segurança

Segurança é o valor número 1 do Grupo AES Brasil

Garantir a segurança de nossos colaboradores, contratados e das comunidades é prioridade na gestão de nosso negócio. Para gerenciar nosso desempenho e definir os investimentos e ações em linha com a estratégia da AES Corp., seguimos as diretrizes da norma norte-americana OSHA, além de termos nossas operações certificadas de acordo com a norma OHSAS 18001 desde 2011. Em 2017, obtivemos a recertificação dos processos de segurança e saúde ocupacional, de acordo com o estipulado pela norma internacional, para todas as nossas usinas e para as PCHs São Joaquim e São José.

Nosso Programa de Segurança, apoiado na Política de Sustentabilidade da AES Brasil, está estruturado para fortalecer a cultura de segurança entre nossos profissionais e abrange uma série de iniciativas com foco na avaliação das condições de segurança do ambiente de trabalho e disseminação de boas práticas e ações preventivas. Entre elas destacam-se as caminhadas de segurança, que ganharam um incremento no último ano com a adoção de um aplicativo no qual os líderes podem fazer as avaliações com mais agilidade por meio de aparelhos mobile. Além disso, as preleções de segurança e o relato de segurança são outras práticas adotadas de forma frequente em nossas operações.

Em 2017, atingimos as metas estabelecidas para o ano em relação a acidentes com afastamento para colaboradores próprios. Da mesma forma, superamos os índices estabelecidos para acidentes sem afastamento (*Recordable Rate*). Também não houve acidentes fatais em nossas operações.

Segurança com a população

No que diz respeito à segurança das comunidades localizadas no entorno de nossas usinas e reservatórios, tivemos mais um ano sem registro de qualquer tipo de ocorrência. Durante 2017, mantivemos programas de conscientização e educação ambiental para a população, com destaque para campanhas educativas sobre segurança, meio ambiente e o respeito às sinalizações, divulgadas por meio de veículos de comunicação de grande alcance nos municípios em que estão localizadas nossas instalações. Também promovemos visitas às usinas e eventos de esclarecimento sobre nossas operações. No ano, 15.516 pessoas foram impactadas por essas iniciativas.

Investimento social nas comunidades locais

No relacionamento com as comunidades das regiões em que atuamos, temos o objetivo de promover o desenvolvimento e, para tanto, realizamos investimentos com a utilização das leis de incentivo à cultura e ao esporte.

Em 2017, nossos investimentos direcionados para projetos sociais atingiram um montante de R\$ 3,8 milhões. Mais de 17 mil pessoas foram impactadas pelas ações que, além de promoverem o desenvolvimento e crescimento das comunidades, ampliam o reconhecimento da AES Tietê como uma companhia compromissada com a sociedade e a geração de valor sustentável.

Gestão Ambiental

Em conformidade com o Sistema de Gestão Ambiental (“SGA”) da AES Tietê Energia, certificado de acordo com a norma ISO 14.001, os impactos negativos gerados pelas unidades são mapeados e mitigados pelas ações desenvolvidas pelos programas ambientais e ações realizadas nas instalações.

O SGA oferece uma sistemática de melhoria contínua por meio da definição de objetivos, metas e programas de gestão e avaliação do desempenho ambiental, padronizando, assim, os processos e

as atividades da empresa, e identificando os principais riscos e oportunidades visando a proteção ao meio ambiente.

Monitoramento de barragens e reservatórios

A segurança das barragens de nossas usinas hidrelétricas e PCHs é realizada de maneira contínua por meio do monitoramento de instrumentos instalados nas estruturas civis, além de inspeções visuais periódicas com apoio de drones para áreas submersas, e aéreas. Este trabalho é realizado por corpo técnico especializado, composto por engenheiros civis, hídricos, topógrafos e técnicos. Bimestralmente são emitidos relatórios técnicos de consistência do monitoramento, validando o estado de segurança das estruturas. A condução e análise das informações é realizada por corpo técnico especializado, composta por engenheiros civis, hidrólogos, topógrafos e técnicos.

O monitoramento dos reservatórios é realizado periodicamente e, além de controlar as condições ambientais desses locais, permite registrar eventuais ocorrências de ocupações irregulares, inclusive de loteamentos clandestinos, em nossos 4.800 quilômetros de bordas.

Reflorestamento nos reservatórios

Uma das iniciativas fundamentais, alinhada às demandas da legislação ambiental e que contribui para o desenvolvimento sustentável, é o Programa de Reflorestamento. A atividade contribui para a conservação da flora, abastecimento do lençol freático e para evitar o processo de erosão e assoreamento dos reservatórios. Por meio do Mãos na Mata, iniciativa que conta com o apoio da ONG SOS Mata Atlântica, buscamos parcerias com empresas que precisam fazer compensações ambientais com foco na revitalização de áreas da Mata Atlântica e do Cerrado. Para tanto, o programa oferece ao cliente o espaço para o reflorestamento, nas bordas dos reservatórios da AES Tietê, fornece o projeto e as mudas, e se responsabiliza pelo monitoramento das áreas. Em 2017, 301 hectares foram reflorestados tendo superado a meta estabelecida para o ano.

Mais informações sobre os temas socioambientais podem ser encontradas no Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é o sistema pelo qual uma Companhia é controlada e monitorada e envolve as práticas e os relacionamentos entre acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. A adoção de boas práticas de governança é essencial para a gestão estratégica e eficiente do negócio. Com foco na criação de valor para seus acionistas, a Companhia continuamente trabalha para aprimorar suas práticas.

No âmbito interno, a AES Tietê Energia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração é responsável pelo planejamento e pelas questões estratégicas da empresa. Atualmente, o Conselho de Administração é composto por onze membros efetivos e nove membros suplentes. Dentre os seus membros, sete membros efetivos e respectivos

suplentes foram indicados pelo acionista controlador, um membro efetivo pela BNDES Participações S.A. - BNDESPAR nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, um membro efetivo independente indicado pelo controlador, um membro efetivo são indicados pelos acionistas minoritários e também considerados conselheiros independentes e o último membro efetivo foram eleitos pelos colaboradores da Companhia, conforme disposição do seu estatuto social. O mandato dos atuais membros do Conselho de Administração se encerrará na data da realização da Assembleia Geral Ordinária que examinará as contas da administração da Companhia referentes ao exercício social que findo em 31 de dezembro de 2017.

Atualmente a Diretoria é composta por 3 membros, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores. Os membros da Diretoria Executiva desempenham suas funções de acordo com o objeto social da Companhia, conduzindo os negócios e operações com estrita observância das disposições do Estatuto Social, das decisões das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

Atualmente, a Companhia possui um Conselho Fiscal, que tem como principal função fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários. Além disto, o Conselho Fiscal também é responsável por examinar as informações trimestrais e as demonstrações contábeis elaboradas pela Companhia, opinar sobre o relatório anual da administração e as propostas dos órgãos da administração a serem submetidos em Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal da Companhia é atualmente composto por cinco membros efetivos, dos quais: dois efetivos foram indicados pelo acionista controlador, um efetivo foi indicado pela BNDESPAR nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, um efetivo foi indicado pelos acionistas minoritários preferencialistas da Companhia e um membro efetivo indicado pelos acionistas minoritários ordinaristas da Companhia.

Por ser subsidiária da The AES Corporation, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Tietê Energia possui controles internos em conformidade com os requerimentos da Lei Sarbanes-Oxley ("SOX"), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis de companhias que negociam ações no mercado norte-americano.

Por fim, comprometido com o constante aperfeiçoamento das boas práticas de governança corporativa da Companhia, o Conselho de Administração constituiu, em junho de 2017, o Comitê de Remuneração e Pessoas e o Comitê de Sustentabilidade. De natureza não estatutária, os Comitês têm a função de assessorar o Conselho de Administração em matérias de sua competência e contam com a participação de conselheiros independentes e especialistas em cada assunto.

Estrutura Acionária

Estrutura Acionária

Em 07 de julho de 2017, a AES Tietê Energia comunicou o encerramento do prazo para o exercício do direito de recesso pelos acionistas dissidentes das deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de maio de 2017, que aprovou a aquisição do Complexo Eólico Alto Sertão II, tendo como resultado o exercício do direito de retirada de 36 ações ordinárias, 389 ações preferenciais e 30.314 units de emissão Companhia. Com isso, as ações resultantes desse processo foram destinadas à tesouraria da Companhia. Assim, a AES Tietê Energia passou a deter 30.353 ações ordinárias e 121.657 ações preferenciais.

Entre 10 e 17 de outubro de 2017 a Companhia realizou um processo de venda de uma parcela de suas ações em tesouraria. O total da venda destas ações foi de 10.650 ações ordinárias e 42.845 ações preferenciais. Assim, a AES Tietê Energia passou a deter 19.703 ações ordinárias e 78.812 ações preferenciais em tesouraria.

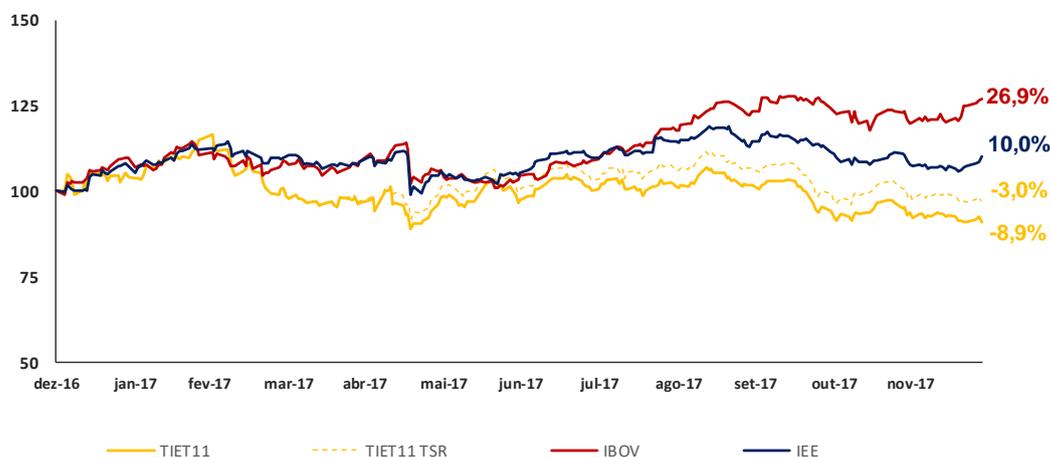
Em 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado da AES Tietê Energia era de R\$ 416,6 milhões, representado por ações ordinárias e preferenciais, conforme detalhado a seguir.

Estrutura Acionária	ON	% ON	PN	% PN	Total	% Total
AES Holdings Brasil	477.289.199	61,6%	471.926	0,0%	477.761.125	24,3%
BNDES	111.477.600	14,4%	445.910.403	37,4%	557.388.003	28,3%
Eletrobras	31.228.340	4,0%	124.913.360	10,5%	156.141.700	7,9%
Ações em Tesouraria	19.703	0,0%	78.812	0,0%	98.515	0,0%
Outros	155.159.742	20,0%	620.835.827	52,1%	775.995.569	39,4%
Total	775.174.584	100,0%	1.192.210.328	100,0%	1.967.384.912	100,0%

MERCADO DE CAPITAIS

Em 2017, as units da Companhia apresentaram desvalorização de 8,9%, quando comparadas a 2016, encerrando o ano cotadas a R\$ 12,75. Em relação aos indicadores de mercado, no mesmo período, o IEE valorizou 10,0% e o Ibovespa 26,9%, encerrando 2017 em 39.732 pontos e 76.402 pontos, respectivamente. Ao longo do ano de 2017, o volume médio diário negociado foi de 1.328 mil units frente a 1.220 mil units em 2016, representando um aumento de 9% em relação a 2016. O gráfico abaixo demonstra o desempenho das units:

AES Tietê Energia x Ibovespa x IEE x TSR* BASE 100 - 31/12/2016



Fonte: Bloomberg

* Total Shareholder Return - Retorno total ao acionista. (Considera a variação das cotações e os dividendos declarados no período).

AUDITORIA INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2017, a AES Tietê Energia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S ("EY"). Em 2017, os serviços prestados pela EY foram (i) auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais ("ITRs") preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) auditoria para fins de consolidação pela controladora indireta The AES Corporation, sediada nos Estados Unidos da América; (iii) Revisão do Relatório de Controle Patrimonial - RCP, elaborado de acordo com as normas regulatórias da ANEEL; (iv) emissão de relatórios de asseguarção limitada sobre as análises trimestrais de apuração dos índices financeiros em cumprimento à cláusula 8 da Escritura da 4ª emissão de debentures; e (v) realização de procedimentos previamente acordados afim de atender às disposições dos Despachos nº512 de 10 de fevereiro de 2011 e nº1.976 de 24 de julho de 2013, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira, da Aneel, referente ao Manual dos Programas e Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

O valor total dos serviços acima descritos totaliza R\$ 1.864.233 (Um milhão, oitocentos e sessenta e quatro mil e duzentos e trinta e três reais). Os serviços (i), (ii), (iii) acima, possuem prazo de contratação de um ano e foram contratados em 01/04/2017, os serviços descritos no item (iv) possuem prazo de contratação de um ano e foi contratado em 01/08/17, já os serviços descritos no item (v) possuem prazo de contratação de 36 meses e foram contratados em 16/05/2016.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da EY, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 19 de fevereiro de 2018.